



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DH
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

NATHALY XAVIER DE LUCENA

**ESPAÇOS DE HISTÓRIA E MEMÓRIA:
A CIDADE DE CONCEIÇÃO – PB.**

Campina Grande
2010

NATHALY XAVIER DE LUCENA

**ESPAÇOS DE HISTÓRIA E MEMÓRIA:
A CIDADE DE CONCEIÇÃO – PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB ao Curso de História,
como requisito para a conclusão do
Curso de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: **Ms. Maria José Silva Oliveira**

Campina Grande

2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

L935e Lucena, Nathaly Xavier de.
Espaços de história e memória [manuscrito]: A cidade de
Conceição - PB. / Nathaly Xavier de Lucena. – 2010.
53 f.: il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) –
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2010.

“Orientação: Profa. MS. Maria José Silva Oliveira, Departamento
de História”.

1. História da Paraíba. 2. Resgate Histórico. 3. Conceição - PB.
4. Política – Paraíba. I. Título.

21. ed. CDD 981.33

NATHALY XAVIER DE LUCENA

**ESPAÇOS DE HISTÓRIA E MEMÓRIA:
A CIDADE DE CONCEIÇÃO – PB.**

Monografia apresentada ao curso
de Licenciatura Plena em História
da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB.

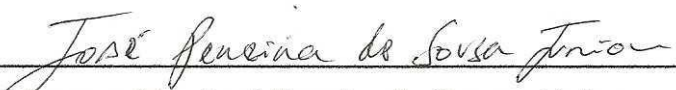
Aprovada em 07/12/2010.



Professora Ms. Maria José Silva Oliveira
Orientadora



Professora Dr^a. Patricia Cristina de Aragão Araújo
Membro



Professora Ms. José Pereira de Sousa Júnior
Membro

Campina Grande

2010

A História nos retira a inocência diante daqueles eventos que nos cercam, prepara a nossa subjetividade para ter uma visão crítica diante das coisas que nos dizem como sendo verdades incontestáveis.

Durval Muniz

Dedico a realização deste sonho a Deus, que me segurou em seus braços durante todo o caminho. Em especial aos meus pais, cuja força e coragem me serviram de lição. Aos meus irmãos, cujos sonhos se tornaram os meus.

AGRADECIMENTOS

A Deus e Nossa Senhora das Graças, por se fazerem presentes em minha vida, conduzindo-a por caminhos iluminados. Por me darem forças durante os momentos em que pensei que teria que desistir, mas cujos verdadeiros milagres derrubaram barreiras e me fizeram avançar na estrada da vida.

Aos meus pais, Getúlio Paixão de Lucena e Maria Zildene Xavier de Lucena, agradeço, infinitivamente, por todo amor, carinho, dedicação e educação, ofertados ao longo de minha vida. Nunca esquecerei as renúncias feitas e as dificuldades transpassadas, tudo para que o nosso sonho pudesse se tornar realidade.

Aos meus irmãos, Nathália e Nathan, pelo companheirismo, amizade e carinho.

A todos meus familiares, que direto ou indiretamente me apoiaram, principalmente, aos meus primos queridos: Alannyo, Alberto Filho, Zilgemberg, Thiago, Nataly, Flávia, Felianne, Zilgênia, Emmanuela, Lucyjane e Raniely.

Aos meus queridos e amados sobrinhos, que tornaram meus dias mais felizes: João Victor, Heitor, Lívia, Everton e Igor.

Aos meus amigos que tanto torceram pela realização deste trabalho: Nara, Diogo, Valdemir Júnior, Erick, Expedito Júnior, Wagner, Alex, Julya, Cecília, Hercília, Marcela, Kaline, Sirlaine, Juliana, Lorena, Cláudio, Daniely, Geovanna, Gilvana, Lily, Rosimere, Dhiego, Alexandre Júnior e Fabiano Ribeiro.

Aos meus vizinhos, que se fizeram presentes nas horas mais difíceis: Advailda, Neto, John, Stefanny, Seu Ataíde, Vadinho, Fernando e Maria.

A minha orientadora, pela paciência e dedicação: Maria José Silva Oliveira.

A Banca examinadora, por terem aceitado participarem da realização deste sonho: Profª Patrícia e Prof. José Júnior.

Aos professores do curso de História, cujos ensinamentos foram essenciais para minha trajetória acadêmica, guardarei para sempre cada um de vocês em meu coração.

Aos meus amigos que conquistei durante a minha estadia na cidade de Guarabira. Obrigado pelo companheirismo e carinho, em especial, Marcilene, Giully, Íria Linny, Silvania, Rosberg e Bruna Oliveira.

Aos amigos que cativei em toda minha trajetória acadêmica em Campina Grande. Meus sinceros agradecimentos aos meninos que fizeram todos rirem com suas resenhas: Ítalo, Claudielhi, Rafael, Thiago Silveira, Thiago Macêdo, Nestor, Joanito, Marcelo, Adriano, Keine, Everaldo e Helder. As meninas por todas às vezes que me ajudaram e me apoiaram nas horas difíceis não só na vida estudantil, mas também na vida pessoal, minha eterna gratidão à Mônica, Kelly, Roberta, Samyra, Renali, Amadélia e Francimeire.

Aos amigos que conquistei através do CEDUC: Bruno Gaudêncio, Liélia, Eraldo, Emerson, Alexandre, Anderson Wagner, Júlio César, Vera, Epitácio, Dona Bernadete e Socorro.

Em especial as pessoas que confiaram, acreditaram e apoiaram esse trabalho, o meu muito obrigado a Alexandre Braga, Wilson Braga, Vani Braga, Nena Martins, Nonato Belmiro e Valdemir Mangureira.

A todos meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

029.2. Cultura Regional e História Local

LUCENA, Nathaly Xavier de. Espaços de História e Memória: A Cidade de Conceição – PB.

Orientadora: Ms. Maria José Silva Oliveira

Banca Examinadora: Dr^a. Patricia Cristina de Aragão Araújo

Ms. José Pereira de Sousa Júnior

Este trabalho busca analisar como ocorreu a trajetória política de Wilson Braga, visando seu trabalho prestado na cidade de Conceição- PB e em toda Paraíba. O trabalho se inicia com um capítulo introdutório ao tema, acompanhado de uma discussão sobre a Paraíba e seus aspectos políticos, da sua conquista ao republicanismo. Assim, no capítulo II nos detemos em mostrar como se originou a cidade de Conceição - PB (sua história), qual a importância da Família Braga e de Wilson Braga na mesma. Tratamos em um último momento de observar a importância política da Família Braga e de Wilson Braga na cidade de Conceição – PB durante todos esses anos, os quais lideraram o poder na mesma já há mais de três décadas seguidas.

Palavras-chave: Política, Paraíba, Conceição e Wilson Braga.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: O processo político na Paraíba: Da Conquista a República.....	13
CAPÍTULO II: Histórico do Município de Conceição – PB	30
CAPÍTULO III: Na governabilidade do poder: astúcias de Wilson Braga na cena política de Conceição	38
Considerações Finais.....	49
Referências.....	50
Anexos.....	53

INTRODUÇÃO

As biografias hoje são muito criticadas. Não se considera mais que os indivíduos “façam” a História, e os homens ilustres interessam menos que as massas. RENÉ RÉMOND.

Na história tradicional, o terreno político, além de constituir o espaço por excelência da pesquisa e do conhecimento histórico, tinha seu significado restrito às atividades do Estado. A partir da década de 80, a história política, sob o impacto da nova história, passou por uma renovação (FERREIRA, 1996), de tal maneira que o próprio significado que possuía o termo política na história tradicional foi redefinido. Com essa renovação, houve um alargamento do significado desse campo, que passou a compreender relações de poder que se desenvolvem dentro das mais diversas instâncias sociais. Sendo assim, foi aberto espaço para o desenvolvimento de pesquisas históricas no campo político sob novas abordagens.

Como parte desse movimento, começou a haver uma valorização dos fenômenos culturais e da forma como eles atuam nas instâncias e decisões políticas. Para a análise histórica, esse enfoque cultural pode mostrar-se extremamente rico de possibilidades uma vez que, através dele, podem vir à tona elementos presentes nas instituições e práticas políticas que estariam ocultos em um estudo que levasse em conta apenas seus fatores racionais. Conforme afirmou MOTTA (1996, p. 90):

A análise dos fatores culturais ajuda a esclarecer e a compreender a ocorrência de determinados comportamentos políticos, que não se explicam somente pela vontade, pelo interesse ou por ações concertadas no plano racional, mas também pela crença, pela fé, pela força da tradição ou do costume e por determinações originadas no plano do inconsciente.

Diante disso, esses fatores não racionais que ajudam a explicar comportamentos e decisões políticas de indivíduos ou grupos, na maioria das vezes, não são formados dentro das instâncias políticas. São valores e normas

construídos e assimilados pelos indivíduos em outras esferas de sua vida pessoal (na família ou na prática religiosa, por exemplo) e por eles trazidos e incorporados à vida política.

É a partir dessa perspectiva, que retoma a importância dos fatores culturais na prática política, que desenvolvemos nossa análise acerca de como ocorreu a trajetória política de Wilson Braga, visando seu trabalho prestado na cidade de Conceição - PB. Sendo assim, um estudo acerca das relações ocorridas em um partido político pode contribuir para compreender como se desenvolvem as relações de poder no interior desse partido e os próprios significados compartilhados pelos membros desse partido em relação ao poder que buscam conquistar nas disputas políticas. A construção que o discurso de um determinado partido elabora em torno do político diz muito do caráter do poder que ele pretende instituir.

Contudo, a forma como a política constrói as suas representações e a maneira como seus membros lidam com as relações político-sociais na sociedade, uma vez que na atividade política não podem ser analisadas apenas a partir do discurso racionalmente elaborado por esse partido. É necessário buscar compreendê-lo através dos valores morais compartilhados pelos seus membros, das relações cotidianas entre homens e mulheres em seu interior, do lugar que um e outro ocupam nas decisões políticas. Daí, a importância de que sejam abordados os elementos culturais em uma pesquisa que partindo da realidade política de Conceição, propõe-se uma articulação entre a vida pública de Wilson Leite Braga e sua prática política.

No Brasil os estudos de história política, também ganharam um maior espaço nas universidades a partir da década de 1970. Por esta razão e por sua contribuição historiográfica, metodológica e teórica, a relevância deste estudo se verifica no sentido de contribuir tanto para as pesquisas acadêmicas no que se refere às questões relativas à política e a participação de políticos no contexto social, como para a sociedade conceiçoense, tendo em vista que este homem por sua atuação e trabalho marcou, e ainda marca sua vida na história desta cidade, a partir de suas práticas no campo político.

Deste modo, o presente trabalho que apresentamos surgiu a partir dos debates ocorridos na disciplina de História da Paraíba, ministrada por Flávio Carreiro, o qual abordou a história da política como uma temática discutida em suas aulas. Logo, a realização deste estudo se tornou possível porque os historiadores por meio de diferentes fontes podem trazer à tona a história de ícones da política. A partir disso, resolvemos trabalhar com a política para analisar a atuação de Wilson Leite Braga no campo político em Conceição no Estado da Paraíba, observando suas rupturas e continuidades, visto que na trajetória política deste homem, a qual perpassou a ditadura militar e a redemocratização política no Brasil, ele se redefiniu como político flexível para assim permanecer no poder, feito este que até hoje, em 2010, foi eleito Deputado Estadual da Paraíba. Sendo assim, o presente trabalho se detém em responder a seguinte questão: Como se deu a inserção de Wilson Braga na política Estadual, bem como, sua dedicação não só a Paraíba, mas de um modo especial a cidade de Conceição – PB?

No capítulo I, mostraremos como se originou o Estado da Paraíba desde sua conquista a implantação do Republicanismo. No capítulo II, buscamos mostrar como se deu a construção da cidade de Conceição - PB (sua história) e qual a importância da Família Braga e de Wilson Braga para a mesma. No capítulo III, tratamos de verificar a trajetória de Wilson Braga na sociedade conceiçãoense, percebendo a partir disso as mudanças que o mesmo fez ocorrer no município de Conceição, bem como, nas relações político-sociais existentes até os dias atuais nesta cidade.

1. O PROCESSO POLÍTICO NA PARAÍBA: DA CONQUISTA À REPÚBLICA.

1.1. Consolidação da Conquista



Mapa da Capitania da Paraíba (1698)

A Paraíba (que significa "Rio que é braço de mar" - Pará-ibá) foi fundada em 1585 entre o Rio Sanhauá e o Mar. Antes de seu descobrimento era ocupada pelos índios Potiguaras, passando posteriormente a ser de domínio holandês e português. Entretanto, esta conquista foi árdua devido à resistência oferecida pelos indígenas, pois os franceses freqüentavam a costa paraibana com o intuito de explorar o pau-brasil, o que posteriormente resultou em alianças com os nativos. Sendo assim, foi a partir do século XIV que se iniciou o processo de conquista do território brasileiro pelos europeus. Essa conquista está ligada ao sistema colonial, que surgiu no Brasil pela burguesia mercantil portuguesa. Estes buscavam riquezas minerais (ouro e pedras preciosas) e outros produtos que eram muito procurados em toda Europa.

Neste sentido, em 1530 os portugueses começaram a investir no povoamento do litoral, já que era porta de entrada para outros povos europeus. Então, em 1534, o Brasil foi dividido em Capitânicas Hereditárias, entregues a particulares para que iniciassem o povoamento e a colonização com seus próprios recursos. Logo, no ano de 1574, surgiu a Capitania Real da Parahyba. A criação desta nova capitania (subordinada a Portugal) encontrava-se ligada à constante presença dos franceses, que em aliança com os indígenas dificultaram o processo de colonização portuguesa. Essa criação se deu com o objetivo de proteger a Capitania de Pernambuco, que era o maior produtor de

açúcar na colônia, e de deter os indígenas em seu próprio território, assegurando aos portugueses a posse e a exploração da terra.

Deste modo, a ocupação do território paraibano ocorreu devido à relação com Pernambuco, a qual se insere em um dos processos mais amplos de conquista das Capitânicas do Norte. As efetivas fronteiras dos domínios portugueses na América se dilatavam com a expansão para o Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará. Nesta perspectiva, o território da Paraíba serviria de base logística para as iniciativas de penetração rumo à área setentrional do Brasil.

Diante disto, foram várias as tentativas de conquista da capitania paraibana, mas os Potiguaras eram os maiores obstáculos à conquista. Logo, a conquista da Capitania da Paraíba foi realizada pela expedição chefiada por João Tavares e Frutuoso Barbosa. João Tavares (escrivão da Câmara e juiz de órfãos de Olinda) aproveitou a rivalidade entre as duas tribos, e fez uma aliança com os Tabajaras com o intuito de reter a resistência Potiguara. Essa aliança enfraqueceu os Potiguaras, grande lutadores contra a invasão portuguesa em favor do território paraibano. A resistência durou até o ano de 1599, quando os Potiguaras foram derrotados pela guerra e por uma bactéria que matou milhares de índios. Vejamos o que Almeida (1979) nos diz a respeito da resistência indígena:

[...] Rios de sangue correram nos sertões do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará para a repressão do gentio rebelde. Era preciso exterminá-lo, conforme pensava o governo, como medida de limpeza para povoamento do solo [...]. (ALMEIDA: 1979, p. 59).

Neste contexto, o processo mais significativo na formação histórica da Paraíba foi à interiorização da conquista, embora com a invasão de suas terras os indígenas tenham reagido contra os colonos, uma vez que a resistência era feroz e se prolongou entre os anos de 1687 a 1697, em que os indígenas atacavam currais, roubando gados e matando colonos. A partir do século XVIII é que vai se engendrando uma organização política e religiosa mais consistente

com a criação de freguesias e vilas, muitas destas oriundas de antigas aldeias indígenas.

Em 29 de dezembro de 1755, o Conselho Ultramarino decide anexar a Capitania da Parahyba à de Pernambuco, causando assim um enorme descontentamento da elite paraibana, visto que o próprio fisco daquela capitania auferia recursos de impostos cobrados sobre a produção paraibana e até os impostos cobrados na Parahyba eram retidos em Pernambuco durante anos a fio, como bem ressalta Oliveira (1985):

[...] a anexação se inseria dentro do plano de racionalização da política pombalina de conter gastos, concentrar recursos e não dispersá-los numa época de crise como a dos meados do século XVIII, em Portugal. Há um objetivo político de centralização, comando e fiscalização, através da jurisprudência de Pernambuco. Há também outro de controle da burguesia portuguesa instalada no Recife, havendo possibilidade de articulação da área agrária com a comercial. (OLIVEIRA: 1985, p. 93).

Todavia, em 1759 é criada a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, a qual se baseava em um anteprojeto apresentado por negociantes portugueses e pernambucanos, o que resultou em poucos aspectos positivos, dentre eles a nomeação em 1799 de Fernando Delgado Freire de Castilho como governador da capitania, com o objetivo de diagnosticar a situação da Capitania da Parahyba determinou em janeiro do ano de sua nomeação a partir da Carta Régia a separação das Capitânicas da Parahyba e do Ceará da jurisdição de Pernambuco e estabeleceu o comércio direto com a metrópole.

Neste sentido, demorou certo tempo para que Portugal começasse a explorar economicamente o Brasil, uma vez que os interesses lusitanos estavam voltados para o comércio de especiarias nas Índias, e, além disso, não havia nenhuma riqueza na costa brasileira que chamasse tanta atenção quanto o ouro, encontrado nas colônias espanholas, minério este que tornara uma nação muito poderosa na época.

Devido ao desinteresse lusitano, piratas e corsários começaram a extrair o pau-brasil, madeira muito encontrada no Brasil - colônia, e especial devido à

extração de um pigmento, usado para tingir tecidos na Europa. Esses invasores eram em sua maioria franceses, e logo que chegaram ao Brasil fizeram amizades com os índios, possibilitando entre eles uma relação comercial conhecida como "escambo", na qual o trabalho indígena era trocado por alguma manufatura sem valor.

Diante disto, com o objetivo de povoá-la, a colônia portuguesa foi dividida em quinze capitanias, para doze donatários. Entre elas destacam-se a capitania de Itamaracá, a qual se estendia do rio Santa Cruz até a Baía da Traição. Inicialmente essa capitania foi doada à Pero Lopes de Sousa, que não pôde assumir vindo em seu lugar o administrador Francisco Braga, que devido a uma rivalidade com Duarte Coelho, deixou a capitania em falência, dando lugar a João Gonçalves, que realizou algumas benfeitorias na capitania como a fundação da Vila da Conceição e a construção de engenhos.

Sendo assim, após a morte de João Gonçalves, a capitania entrou em declínio, ficando à mercê de malfeitores e propiciando a continuidade do contrabando de madeira. Em 1574 aconteceu um incidente conhecido como "Tragédia de Tracunhaém", no qual índios mataram todos os moradores de um engenho chamado Tracunhaém em Pernambuco. Esse episódio ocorreu devido ao rapto e posterior desaparecimento de uma índia, filha do cacique potiguar, no Engenho de Tracunhaém.

Desse modo, após receber a comitiva constituída pela índia e seus irmãos, vindos de viagem, após resgatar a índia raptada, para pernoite em sua casa, um senhor de engenho, Diogo Dias, provavelmente escondeu-a, de modo que quando amanheceu o dia a moça havia desaparecido e seus irmãos voltaram para sua tribo sem a índia. Seu pai ainda apelou para as autoridades, enviando emissários a Pernambuco sem o menor sucesso. Os franceses que se encontravam na Paraíba estimularam os potiguaras à luta.

Nesta perspectiva, pouco tempo depois, todos os chefes potiguaras se reuniram, movimentaram guerreiros da Paraíba e do Rio Grande do Norte e atacaram o engenho de Diogo Dias. Foram centenas de índios que, arditosamente, se acercaram do engenho e realizou uma verdadeira chacina a morte de todos que encontraram pela frente: proprietários, colonos e escravos, seguindo-se o incêndio do engenho. Após esta tragédia, D. João III, rei de

Portugal, desmembrou Itamaracá, dando formação à *capitania do Rio Paraíba*. Existia uma grande preocupação por parte dos lusitanos em conquistar a capitania que atualmente é a Paraíba, pois havia a garantia do progresso da capitania pernambucana, a quebrada aliança entre Potiguaras e franceses, e ainda, estender sua colonização ao norte.

1.2. A Província: construção da ordem.

Com a decorrência da elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, as Capitânicas portuguesas no Brasil passavam a ser províncias. Em 1820, irrompia no Porto o movimento constitucionalista, que obrigava o rei a jurar uma Constituição, limitando o poder da monarquia. Já em 1821, são juradas as bases da Constituição Portuguesa na Paraíba.

Apesar dos focos e resistência ao juramento, são eleitos os deputados paraibanos às Cortes. Em outubro de 1821, com a presença de senados das câmaras de várias vilas como Pilar, Mamanguape, São Miguel, Vila Nova da Rainha, Conde, é eleita uma Junta Governativa para dirigir a Paraíba. A Junta Governativa manifestava ao Príncipe D. Pedro fidelidade e se pronuncia pela autonomia e o regime constitucional. Logo, a Paraíba auxiliava com tropas a resistência ao General português Madeira, na Bahia, onde os portugueses são alvo de perseguições, muitos são presos e remetidos a Pernambuco, para serem repatriados.

Desse modo, o primeiro presidente da província, nomeado pelo imperador toma posse e, em meio a isto tropas se agitam acusando o governo da Paraíba de lusitanismo. Em Areia é instalado um governo temporário, o qual recebe apoio militar dos liberais pernambucanos. Entretanto, a situação torna-se complicada com a duplicidade de governo – capital e interior – em que ocorre a invasão do território paraibano ao sul, por forças liberais pernambucanas; ao norte, por forças liberais norte-rio-grandenses; e, no extremo oeste, por liberais cearenses.

Dessa maneira, os partidários do governo temporário de Areia e as forças confederadas, fugidas do Recife, são perseguidos no interior da Paraíba

até o Ceará, dispersos e presos, entre eles, frei Caneca, o principal ideológico da Confederação do Equador, fuzilado pouco depois. Sendo assim, a ordem imperial ia se instaurando, depois de um conturbado período de cisões e conflitos políticos entre adeptos do absolutismo, do liberalismo monárquico – constitucional e do liberalismo republicano federalista, expressando o processo de trânsito do sistema colonial para o estado nacional, que vai se constituindo em território brasileiro.

Neste contexto, as bases da formação social paraibana são coloniais, agrárias e duplamente subordinadas a Portugal e a Pernambuco, visto que os proprietários de engenhos e das fazendas de gado formavam o topo da pirâmide social, organizados em extensas parentelas que lhes prestavam obediência em consequência da concentração de terras que detém e do mando que exerce avultado com a ausência do poder público metropolitano, durante a fase colonial.

Neste sentido, o sistema implantado com a Carta de 1824, a representatividade da Paraíba junto às casas legislativas sediadas na Corte, muitas vezes era exercido por elementos estranhos à província. Logo, o conceito de representação passa então a ser essencial para entendermos essa aproximação da história com a política, visto que a representação é *“instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é”*. (CHARTIER: 1990, p.20).

Procurando mais esclarecimentos para este conceito de representação me deparei com o trabalho de Áurea Petersen que também o utiliza na sua tese de doutorado. Petersen trabalha na sua tese com o conceito de representação de Pierre Bourdieu e que, acredito, é o que vem melhor se adequar a nossa indagação, pois segundo essa definição de representação:

[...] tem-se que homens e mulheres constroem representações de si mesmos e explicam suas práticas de acordo com tais representações. Dessa forma, numa sociedade patriarcal, as referidas práticas determinam atitudes de dominação / submissão. A sociedade através da família e depois através de outros canais (escola, religião, meios de comunicação), introjeta nos indivíduos as representações geradoras de atitudes e

comportamentos que se mantêm ao longo de suas vidas.
(BORDIEU Apud PETERSEN: 1999 p. 8 – 9).

E é exatamente neste sentido que, acredito que os textos literários devem ser compreendidos, como uma representação que nos deixa entrever a sociedade da época retratada e essas atitudes introjetadas que aparecem de uma forma ou outra, na descrição dos personagens, na maneira como se comportam, ou seja, na forma como o enredo é construído. Senão a história contada no livro não alcançaria o seu público, nem faria sucesso, pois os leitores não se identificariam com a trama.

Neste contexto, havia apenas cinco deputados representando a Paraíba na Assembléia Geral da Corte, por contraste a delegação das grandes províncias, em que os deputados gerais e provinciais eram eleitos pelo sistema de dois círculos, a Paraíba se dividia em dois distritos eleitorais: o da capital, abrangendo a cidade da Paraíba, Alhandra, Mamanguape, Independência (Guarabira), Bananeiras, Areia, Alagoa Nova, Pilar, Pedras de Fogo e Ingá, elegia três dos cinco representantes paraibanos; o segundo distrito abrangia Campina Grande, Cabaceiras, São João do Cariri, Patos, Pombal, Catolé do Rocha, Piancó e Souza, escolhendo os outros dois representantes.

Desta forma, era necessário conter as lutas e conflitos existentes entre esses municípios, onde poderia até atrapalhar o processo de construção de seu próprio domínio sobre o conjunto da sociedade. Sobre o plano econômico, várias medidas foram tomadas para melhorar a circulação dos produtos, sobretudo, de agro – exportação. Já no plano administrativo, as províncias eram dependentes do Governo Central para autorização de obras e liberação de recursos.

No Primeiro Reinado, sobre o processo de separação do Brasil, houve constantes entrechoques entre três correntes políticas: a recolonizada, a federalista, a nacionalista. Todavia, na Corte após a regência do Padre Feijó, assumira o poder Araújo Lima conduzindo o governo ao movimento regressista, culminando com a fundação do Partido Conservador em contraposição ao Partido Liberal. Foi em meio a esse contexto político que os correios foram implantados.

Contudo, na Paraíba o quadro se repete com grandes famílias proprietárias se dividindo no poder entre os dois partidos do Segundo Império. Logo, a Paraíba atravessou quatorze anos de domínio conservador, na década de 60, esse processo modernizador, o qual o país ingressava os liberais cindiram-se e parte deles avançaram no campo das reformas políticas, tendo um grupo ingressado no Partido Republicano, em um momento crítico socioeconômico da Paraíba.

1.3. O sentido do Republicanismo

Com a crise generalizada das estruturas políticas da sociedade e do esvaziamento do espaço público, vislumbrados tanto pelo engessamento dos órgãos públicos em formular respostas céleres e eficazes para as demandas da população quanto pela exacerbação da miséria de uma camada social marcada pelo abismo econômico da desigualdade, os princípios e valores republicanos se apresentam como uma alternativa ao aperfeiçoamento das instituições democráticas e como uma saída para atenuar a insatisfação com o Estado (AGRA, 2005, pp. 11-12).

Com base no 1º artigo da Constituição Federal de 1988 que o Brasil constitui uma república. As dimensões desse termo, no entanto, não são devidamente delimitadas no texto constitucional, mas é certo que, por seu conteúdo teórico, a escolha desse modelo político como norte implica a aceitação de um conjunto de valores a serem sedimentados em nossa sociedade e elege algumas práticas contrárias aos princípios pressupostos no Republicanismo, as quais, uma vez efetuadas, representariam graves falhas no ordenamento.

Essa declaração constitucional, no entanto, não significa uma real absorção, pelos cidadãos e pelas instituições políticas e jurídicas, do alcance social que esse modelo detém.

Com efeito, a concretização de uma verdadeira república, pautada basicamente no bem comum, ainda está num horizonte bastante distante, como

se percebe pelas práticas rotineiras dos nossos políticos. A busca desse ideal parte da apreensão dos conceitos republicanos, solidificados pelo debate teórico em torno do tema. Tratar do Republicanismo é ter como referência uma concepção de totalidade do que a noção de ‘público’ representa – abrangendo espaço, interesse, erário, patrimônio da coletividade. Ter um bem em comum, compartilhado com toda uma comunidade política, pressupõe valores da mesma ordem definidos pela participação ativa de cidadãos no espaço comum que os integra (SOARES, 1989, p. 225).

Daí que falar em republicanismo é invocar basicamente a importância da cidadania, da participação ativa na vida e nos espaços públicos como forma de resguardar o que é comum. Logo, os grandes antagonistas da república são a usurpação do patrimônio público por interesses particulares – corrupção – e o uso privado da coisa pública – patrimonialismo (RIBEIRO, 2001, pp. 33-52). Em seu sentido mais amplo, a palavra ‘república’ pode ser compreendida como comunidade política organizada, o que corresponde à própria noção de ‘Estado’. Ela também é definida como forma de governo, oposta à monarquia, em que *“a república é uma forma ideal de Estado fundada sobre a virtude dos cidadãos e sobre o amor pela pátria”* (BOBBIO; VIROLI, 2002, p. 11).

A república romana surgiu com a queda da monarquia; ambas, contudo, não são excludentes, pois não se estruturam pelo mesmo critério. A monarquia indica quem manda: poder de um só; e a república, segundo Ribeiro, indica como manda: por meio das leis estabelecidas tendo em vista o coletivo, que, por sua vez, não se confunde com a vontade da maioria ou de todos, porque esta é formada pelo interesse pessoal de cada indivíduo pertencente à sociedade, e o bem comum busca preservar e promover ‘o público’ (RIBEIRO, 2001, pp. 18-19).

Diante disso, em última análise, é entendida como teoria política da liberdade, vista como ausência de dependência da vontade arbitrária de outros indivíduos e total submissão a leis não arbitrárias, elaboradas a partir da participação política. Para entender como os teóricos contemporâneos chegaram a esse conceito, é preciso partir do significado de ‘república’ atribuído por Cícero, que estabeleceu a distinção entre o público (comum) e o privado (particular).

Segundo Lafer (1991, p. 17), o público *“diz respeito ao bem do povo, que não é uma multidão qualquer de homens, mas sim um grupo numeroso de pessoas associadas pela adesão a um mesmo direito e voltadas para o bem comum”*. Na concepção ciceroniana, povo é uma sociedade organizada que se edifica pela comunhão de interesses, o que pressupõe uma identidade coletiva, e por um consenso sobre as regras de justiça que irão orientá-los. Em outras palavras, o que vincula o grupo de pessoas denominado ‘povo’ (principal destinatário da res publica) é o consensus juris (o consenso do direito) e a communis utilitatis (a utilidade comum – o bem comum) (LAFER, 1991, p. 17).

Diante da queda do Império e implantação do regime republicano na Paraíba não foram precedidos de movimentos organizados, nem criação de um partido republicano. Com a implantação da República, criaram-se novas condições político-institucionais que favorecem o mandonismo local exercido pela elite proprietária rural desde a colonização. Foi durante o Império que ocorreu o fortalecimento de sua dominação e a identificação do seu poder com o título de “coronel”, dominação utilizada durante a República.

Com a instalação da República foi permitida liberdade aos Estados para procederem de forma autônoma, devido os princípios do federalismo, liberdade essa de ação aos políticos de cada Estado, consolidando-se o coronelismo e favorecendo os grupos dominantes que comandavam a política local, ou seja, as oligarquias. Já sobre o econômico, o federalismo beneficiou principalmente os estados mais prósperos. As áreas produtoras do Nordeste tiveram sua situação agravadas diante do processo de crise na área açucareira, mas os Estados mais ricos da região como Pernambuco e Bahia, foram poucos atingidos, já a Paraíba empobrecia ainda mais.

Neste contexto, teve como solução para essa crise a chamada “política dos governadores”, a qual se constitui no elo que vinculava os poderes estaduais ao poder central, passando pelos poderes locais. Sendo assim, nos municípios o poder local era exercido pelo “coronel”, tanto no plano econômico, social e político. Logo, as pessoas eram submetidas a votarem em quem o coronel mandasse, em troca teriam favores como: empregos, proteção policial, facilidade em atendimentos hospitalares entre outros, com isso o coronel

garantia maioria eleitoral e posição privilegiada na hierarquia política como chefe municipal, estadual e federal.

Neste sentido, era através desse esquema de dominação que grupos familiares, oligarquias se beneficiavam e disputavam entre si o controle da política dos municípios. A conquista da administração do município correspondia ao apogeu do poderio da oligarquia mais prestigiada localmente. Vejamos o que nos diz Gurjão (1994):

Oligarquias aqui entendidas como grupos que controlam determinados setores da economia e exercem o comando da política local. Representam grupos de parentes consangüíneos ou unidos por laços de compadrio ou matrimônio, ou ainda, por identidade de interesses econômicos ou políticos. (p.89).

Dessa forma, na Paraíba durante a República Velha (Primeira República), as lutas entre famílias eram constantes, as batalhas eleitorais eram iniciadas muito antes do pleito, uma vez que os chefes políticos costumavam falsear os votos e os resultados das urnas contabilizando votos existentes ou não para seus candidatos. A legislação eleitoral favorecia aos coronéis que compunham as mesas eleitorais encarregadas de controlar as eleições e realizar a apuração dos votos.

Nesta perspectiva, na Paraíba ocorreu muito dessa dominação coronelística e a política clientelística, bem como o controle da máquina estatal, um exemplo é da família Pessoa em Umbuzeiro, como bem ressalta Gurjão (1994):

Era comum “coronéis” mandarem seus “cabras” emboscar e agredir elementos adversários, quando não se articulam com bandos de cangaceiros para maior eficiência do “serviço”. A situação ideal era ser governista, o que dava carta branca à parentela no poder do município, permitindo-lhe manobrar o aparelho administrativo-burocrático, militar, a justiça e a autoridade eclesíástica. Os prefeitos geralmente eram os “coronéis” mais influentes no município, ou pessoas por eles indicadas que lhes obedeciam cegamente e permaneciam indefinidamente no cargo, mesmo sendo comprovadamente corruptos. (p.57).

No decorrer da história republicana, as oligarquias paraibanas se definiram face às novas condições políticas e econômicas, onde a mesma era agrária e na segunda metade do século XIX se diversifica com o crescimento da lavoura algodoeira. Essa lavoura se expandiu nas fazendas de gado do Sertão, Cariri e Agreste enriquecendo coronéis dessas áreas que associaram a atividade pastoril ao plantio. Com isso ocorre o fortalecimento de proprietários rurais do interior, que passam a constituir a nova oligarquia algodoeiro-pecuária e a disputar o poder a nível estadual com a tradicional oligarquia açucareira.

Neste sentido, as bases da estrutura de poder permanecem essencialmente rurais, fundamentadas na propriedade da terra na dominação exercida pelos coronéis e na representação política de suas respectivas oligarquias. Segundo Chartier (1990: p.23) representações são:

[...] configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diversos grupos, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significa simbolicamente um estatuto e uma posição [...].

Nesse sentido, a representação é compreendida como aquelas formas de inscrição, ou seja, de construção através das qual o outro é representado, uma vez que a concepção materialista de representação se focaliza no discurso, na linguagem, no significante, para, assim, *“identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”* (CHARTIER, 1990, p.16).

Diante disto, o grau de disputa por cargos políticos através da representação do “povo”, tem como exemplo mais significativo na Paraíba – na Primeira República – a sucessão do governador Gama e Mello e renovação da Assembléia Legislativa. Além dos cargos públicos, outro privilégio bastante disputado pelas oligarquias era condição de contratantes na construção de estradas, escolas e demais obras para quais as verbas governamentais eram fartas, principalmente, nas obras contra as secas.

Nesse Contexto, na Paraíba as disputas eleitorais eram acirradas, na Primeira República predominando as facções oligárquicas que conseguiam

maior correlação de forças. Essa facção se definia pela coligação de parentelas e sua dominação é identificada ao seu líder político de maior destaque, chefe do partido. O primeiro presidente republicano da Paraíba foi Venâncio Neiva (1889 – 1891), considerado monarquista, sua nomeação se deveu à indicação de seus irmãos gerais que tinham prestígios junto a Deodoro da Fonseca.

Logo, a crise do governo Deodoro e ascensão de Floriano Peixoto à presidência da República repercutiram na Paraíba, visto que com a queda de Venâncio Neiva e sua substituição pelo militar Álvaro Machado muda-se toda contextura política paraibana. Álvaro Machado permaneceu por dois mandatos no governo do Estado, revezando-se com seu vice Walfredo Leal, o qual foi senador e fundou o Partido Republicano da Paraíba. Esse que enfrentou a oposição do Partido Autonomista, criado por Venâncio Neiva que tinha Epiácio Pessoa como principal aliado.

Entretanto, no período de 1912 – 1915 ocorreram uma transição do alvarismo para o epitacismo, onde Walfredo Leal e Epiácio Pessoa dividiam a liderança do Partido Republicano Conservador. Mas, as vésperas da eleição de 1915 ocorrem um rompimento entre Epiácio e Walfredo, dividindo assim o Partido Republicano Conservador em duas facções: a epitacista e a walfredista, porém, foram eleitos todos os candidatos epitacistas, em que o epitacismo chega ao seu apogeu no período do governo de Sólon de Lucena, devido à presença de Epiácio Pessoa na Presidência da República, onde com as rendas do Estado aumentadas, emergi o crescimento das exportações, sobretudo, do algodão e, com isso recursos não faltaram, foram utilizados para beneficiar as oligarquias e reforçar seu poder.

Neste contexto, a crise do oligarquismo teve suas determinações na própria estrutura do regime político-econômico e nas modificações ocorridas em consonância com as necessidades políticas do capitalismo no Brasil. Sendo assim, com a crise de 1929 a situação econômica do Brasil foi agravada, ao passo que Revolução de 1930 foi apontada como responsável pelo fim da velha república oligárquica e emergência de uma nova. Já na Paraíba, o esquema de denominação oligárquica, através de sucessivos arranjos, manteve relativa estabilidade durante a República Velha, onde a presença de seu maior oligarca

Epitácio Pessoa, em cargos de grande prestígio no governo federal, proporcionou condições para esta estabilidade.

Todavia, em 1928 João Pessoa assumiu o governo do Estado e empreendeu uma política de reformulação do coronelismo-oligárquico, cujos desdobramentos acarretaram sérios conflitos internos, inclusive, a ruptura de sua própria parentela. Logo, devido às ações alteradas no governo de João Pessoa, foram provocadas reações diferenciadas entre as oligarquias locais, em que os comerciantes da capital deram total apoio, até mesmo à reforma tributária, já as oligarquias algodoeiro-pecuárias e açucareiras resistiram à política João Pessoa.

Neste sentido, João Pessoa empreendeu a reforma tributária pela Associação Comercial, e com isto desencadeou-se o conflito intra-oligárquico, de um lado João Pessoa apoiado pelos comerciantes e industriais da capital e a opinião pública em geral que via na política do presidente o empenho para a libertação do Estado; de outro lado, a burguesia comercial-exportadora de Recife e as oligarquias açucareira e algodoeira, o que acarretou o rompimento definitivo da oligarquia epitacista precipitado pelo golpe dado por João Pessoa na escolha de seus candidatos à representação federal, excluindo João Suassuna para favorecer um parente seu.

Em meio a isso, emergiu a Revolta de Princesa Isabel, tendo como principal fator a “guerra tributária”, colocando frente a frente José Pereira (chefe político de Princesa) e o governo de João Pessoa. A adesão de João Pessoa e sua inclusão na chapa de oposição foram decididas após consulta a Epitácio Pessoa pelos líderes da coligação Rio Grande do Sul – Minas Gerais. Sendo assim, consultado pelo governo federal sobre a posição da Paraíba perante a sucessão presidencial, João Pessoa negou apoio à candidatura oficial, ficando desta maneira conhecido como “Dia do Nego”, considerado “Símbolo da resistência da pequenina e heróica Paraíba.

Deste modo, a participação da Paraíba na rebelião de outubro, conferiu as lideranças locais, onde já integravam o quadro da administração do Estado, para permanência do poder. Logo, após a vitória do movimento armado, José Américo de Almeida foi empossado na chefia do executivo paraibano e elevado ao principal cargo político do Estado, em homenagem à memória de João

Pessoa. As interventorias e departamentos constituíram-se em instrumentos eficientes para a centralização, na medida em que articulavam as oligarquias estaduais, os ministérios e a presidência da República.

Neste sentido, foi criada uma máquina burocrática que escapava ao controle direto das oligarquias regionais, centralizando o poder. Com isso, o papel dos interventores era fundamental na centralização, identificados com coronéis e oligarcas. Estes interventores tinham facilidade de promover a boa convivência entre a elite dominante e o governo central. Já na Paraíba, os interventores apresentavam-se como força maior, disciplinadora de ordem oligárquica, mas o processo de reconstrução não se operou de forma tranqüila, pois os remanescentes do epitacismo disputavam a predominância política utilizando a herança política advinda da repercussão do assassinato de João Pessoa.

Neste contexto, Argemiro de Figueiredo conseguiu fortalecer o PP (Partido progressista), com a cooptação de perrepistas e lideranças do PRL (Partido Republicano Liberal), favorecendo a união das facções oligárquicas, ele ascende fazendo sombra ao americanismo (José Américo). Com relação ao golpe de Vargas, Argemiro teve ampla autonomia, visto que Getúlio não interferia no tradicional funcionamento do mandonismo local, no qual o governo de Argemiro promoveu cerimônias cívicas e intensas propagandas na imprensa sobre méritos do novo regime.

Neste processo de reordenamento político, em 1945 o título passa a ser valorizado como documento de identificação e em 1962, o governador da Paraíba Flávio Coutinho é licenciado por motivo de saúde e assume seu lugar o seu vice Pedro Gondim, o qual desenvolveu um estilo próprio de administrar, proporcionando inúmeras nomeações. Logo, no momento do golpe militar de 1964, a Paraíba vivia a condição política populista através de Pedro Gondim que procurou equilibrar um jogo de pressões antagônicas, porém essa mobilização popular emergiu, chegando a avançar ameaçadoramente em direção ao meio rural, por meio das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais.

Com o esgotamento da política populista, Gondim se isola perdendo suas bases de apoio quer dos grupos progressistas, quer das oligarquias udenistas. A conspiração golpista na Paraíba envolveu as participações

conjuntas civis e militares interessados na repressão ao avanço popular, daí iniciou um processo repressivo visando afastar da vida política local todos os resquícios do Estado populista, ocorrendo prisões e repreensão de políticos e estudantes. A repressão no campo foi feroz, pois os camponeses que tiveram envolvimento com os movimentos reivindicatórios foram severamente perseguidos.

Todavia, sob a égide da, ainda, política populista se realizou as eleições de 1965 para o Governo do Estado, como bem relata MELLO (1992):

A distância permite a compreensão de que, a três de outubro de mil novecentos e sessenta e cinco, disputam-se não apenas a titularidade do Governo Estadual, mas a representação do movimento de 1964 na Paraíba, pleiteada pelo ex-ministro João Agripino, chefe da UDN paraibana e um dos líderes nacionais daquele acontecimento, e Rui Carneiro, cacique populista do PSD, que não ingressou na ARENA por razões de ordem local. (p.50).

Com a vitória de João Agripino, na Paraíba iniciam-se as articulações políticas visando à criação dos novos partidos a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – surgindo assim o bipartidarismo no país – João Agripino coordena a formação do diretório da ARENA, a mesma tem como núcleo fundamental a antiga UDN. Já o MDB paraibano foi definido a partir das disputas locais pelos espaços de poder, teve como componente Rui Carneiro. As primeiras eleições realizadas dentro da nova estrutura partidária impostas pelo Governo Militar foram em 1966.

A partir de 1974, ocorre o processo de modernização, o qual se revela como um processo conservador onde o aparelho de Estado é apropriado pelas tradicionais elites oligárquicas, mas essa modernização repercutiu negativamente, pois possibilitou às elites políticas e econômicas a sua perpetuação no poder, dispondo agora de uma máquina estatal mais ampla e complexa, aprofundando o processo de privatização do espaço público, o que não agradou aos camponeses e aos pequenos proprietários rurais.

Neste contexto, em 1979 surge no Brasil a Lei Orgânica dos Partidos, em a ARENA é substituída pelo PDS (Partido Democrático Social) e o MDB

transforma-se em PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Também, foram criados outros partidos como: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PP (Partido Progressista), o PT (Partido dos Trabalhadores) e uma série de outras legendas. Logo, a primeira eleição ocorrida com esses novos partidos foi em 1982, mas na Paraíba ainda permaneceu com o perfil bipartidário, candidataram-se ao governo do Estado o deputado federal Wilson Braga pelo PDS, e o deputado Antônio Mariz pelo PMDB, com vitória no final do pleito de Wilson Braga, o qual teve, e ainda tem grande influência para os conceiçoenses, como veremos no próximo capítulo em que mostraremos o trabalho realizado pela Família Braga e principalmente por Wilson Braga na cidade de Conceição – PB, bem como, analisaremos os trabalhos prestados da Família Braga a cidade de Conceição.

2. Histórico do Município de Conceição – PB



Fonte: Google – Foto do centro urbano de Conceição – PB

2.1. Sua Origem

O tempo não é barreira para quem investe no presente, pensando nos louros do futuro. É assim, que a nossa querida e altiva Conceição atinge seus 122 anos de independência político-econômica, desbravando a boa personalidade de seu povo¹.

A região onde hoje se localiza o município de Conceição, fora no século XVIII habitada pelos índios Coremas e Panatis pertencentes à família dos Cariris, oriundos do Ceará. Logo, nos meados do século XIX, João Rodrigues dos Santos e seus irmãos, descendentes de portugueses, vindos do Ceará, ali chegaram e fundou um povoado, ao qual deram o nome de Conceição em

¹ Entrevista concedida a Folha dos Municípios pelo Prefeito de Boa Ventura – PB, Fábio Arruda, em 08 de outubro de 2003.

honra a Nossa Senhora da Conceição, santa de sua devoção.

João Rodrigues adquirira quatro datas de terras, as quais pertenciam geograficamente ao município de Pombal. As terras de boa qualidade chamavam a atenção de agricultores de todo o estado que chegavam e iam construindo suas casas e cultivando fazendas. Ao acampar, gostaram do lugar e, posteriormente, junto com seus irmãos construiu suas casas e uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Desse modo, as construções das casas e da capela chamavam a atenção dos que por aqui passavam e logo foi se transformando num pequeno e promissor lugarejo, devido à boa qualidade de nossas terras e do grande manancial existente, que até hoje transforma o nosso município num oásis sertanejo.

Em meio a isso, João Rodrigues casou-se com Izabel Ferreira Leite, de família vinda da Bahia e que fixara residência na Ribeira do Piancó. O casal teve 10 filhos e enorme descendência. Porém, os primeiros moradores de Conceição tiveram de enfrentar uma dura vida de lutas e muitos sacrifícios, pois houve longos períodos de secas e epidemias, mas essa brava gente soube lutar contra todas as adversidades surgidas sem nunca esmorecer, visto que:

O município de Conceição reage à escassez dos poucos recursos, surgindo no cenário paraibano como uma cidade ativa e capacitada para o futuro, graças ao bom gerenciamento de seus recursos municipais. Essa terra atinge a plenitude de amor e lealdade a seus munícipes².

Diante disso, percebemos a brava gente que constituía o povoado de Conceição, uma vez que com a criação do município de Misericórdia – PB, Conceição foi desligada de Pombal e Piancó e passa a pertencer a Misericórdia, agora não mais como povoado e sim como Vila de Conceição, por força da Lei nº. 727, de 08 de outubro de 1881, tendo a sede da vila o mesmo nome Conceição. Sendo assim, em 10 de abril de 1940, por força do Decreto – Lei Estadual nº. 39, Conceição foi elevada a Comarca e desvinculou-se

² Entrevista concedida a Folha dos Municípios por Francisca Leomar Braga Pegado, em 08 de outubro de 2003.

definitivamente de Misericórdia, feito este que os conceiçoenses comemoraram efusivamente, após sua emancipação teve como povoados, vilas e distritos os atuais municípios de Ibiara e Santana de Mangueira.

Neste sentido, a população de Conceição pode alcançar sua liberdade, sendo motivo de orgulho para seus filhos que unidos, até hoje, prosseguem na caminhada vitoriosa do trabalho, do progresso e da paz. Sendo assim, como Conceição esteve por muito tempo interligado juridicamente a Piancó, ficou conhecida, até os dias atuais, como Conceição de Piancó, a qual se situa no sudoeste paraibano entre os paralelos 7° e 8° latitude Sul e entre os meridianos 38° e 39° longitude Oeste, no alto sertão de Cajazeiras, na micro-região de Itaporanga, tendo como área correspondente a 577,6 Km² sendo um dos maiores do Estado (IBGE). Localizando-se ao Sul com Santa Inês; Norte com Bonito de Santa Fé; Leste com São José de Caiana, Diamante, Ibiara e Santana de Mangueira; e a Oeste com Mauriti, Ceará. Logo, sua distância a capital é de 482 km, tendo a mesma uma população correspondente a 17.988 habitantes e densidade de 25,2 hab./Km², altitude de 376m, clima árido e o fuso horário UTC – 3 (IBGE).

Assim sendo, as primeiras famílias chegadas à região, nos primórdios do seu povoamento, como também seus descendentes, entrelaçaram-se de tal maneira que construíram entre si uma só e grande família. Essas famílias, com os mesmos ideais, continuam até hoje irmanada pela amizade e confiança em um só desejo de luta e persistência no caminho do desenvolvimento e progresso de Conceição. No entanto, essa brava gente soube lutar contra todas as adversidades surgidas sem nunca desanimarem, fazendo com que a importância de sua história seja percebida nesse povo forte e batalhador, os quais enfrentam todos os obstáculos, tendo em vista um futuro venturoso e próspero.

2.2. Formação Política Administrativa

Nas primeiras décadas do século XX, Conceição teve dois chefes políticos: Enéias Leite, continuando o governo do seu pai, Cel. Salustiano; e Batista Ramalho, da oposição governista estadual. Ambos além de primos eram

cunhados, porém desentendiam-se quando o assunto era política, mas tudo terminava na paz. Em janeiro de 1915, faleceu Enéias, todavia, a política continuava com o Sr. Jaime Pinto Ramalho que iniciara a sua carreira política em 1916. Mas de acordo com alguns habitantes mais antigos de Conceição, o primeiro prefeito da cidade foi o Sr. José Pereira de Góis, depois empossado o Sr. Salustiano Leite de Figueiredo. Também foi prefeito o Sr. Francisco Rodrigues de Alencar e o Sr. Antônio José de Góis, no período de 1916 a 1923.

Jaime Pinto teve sua vez em 1924 a 1928, após seu mandato veio o Sr. José Leite de Figueiredo entre os anos de 1929 a 1930. Com muita eficiência, o médico Antônio Ozório Pinto Ramalho assumiu o cargo de prefeito por dois anos de 1932 a 1933. Em seguida, volta ao cargo pela segunda vez o Sr. José Leite de Figueiredo, nos anos de 1934 a 1936, também nesta administração houve vacinação em massa contra a varíola, bem como, o primeiro Grupo Escolar Estadual teve sua construção iniciada como resultado do grande esforço de José Leite para difundir a instrução em nossa terra.

Chegou à vez do Sr. João Fausto de Figueiredo que durou de 1937 a 1940, no governo do interventor Argemiro de Figueiredo, e que muito fez por Conceição. Prefeito Fausto – assim conhecido por todos – construiu grandes açudes, abriu novas estradas e conseguiu a vinda de um médico, o Dr. Zoé Borba. Houve também em seu governo a inauguração da luz elétrica servida a motor, o qual era movido à lenha, momento este que trouxe como diria Aranha (2001) ares de modernidade à cidade de Conceição.

Nesta perspectiva, foi instalado o primeiro rádio de bateria que transmitia a famosa “Hora do Brasil” que falava somente dos assuntos que interessassem ao governo do Estado Novo, que tinha como governante Getúlio Vargas. Também, foi inaugurado o primeiro Grupo Escolar Municipal com o nome de José Leite, em homenagem a quem tanto fez por Conceição. Fausto construiu ainda um novo cemitério inaugurado em 1940, no fim da administração de João Fausto.

Já no governo de Ruy Carneiro, em 1941, foi nomeado para prefeito o Cel. João Gadelha de Oliveira, mas só dirigiu o município por um ano, porém, prestou relevantes serviços ao mesmo. Em 1942, assumiu a prefeitura o primeiro Braguista, o Sr. Francisco de Oliveira Braga, o qual muito trabalhou

apesar da sua rápida estadia à frente da administração municipal. Mas em 1943, foi nomeado pelo então interventor Ruy Carneiro, o Ten. Raul Geraldo de Oliveira para prefeito de Conceição, esse que governou até 1945 e foi substituído pelo Bel. Coriolano Ramalho Neto entre 1946 a 1947.

Em 1948, foi eleito prefeito o Sr. Unias Leite Ramalho que bem administrou até o ano de 1951. Logo após, em 1952 a 1955, teve a vez a governar o Bacharel Nelson Lopes Ribeiro, fazendo uma ótima administração, dando a cidade uma melhor e mais jovem aparência com uma restauração de alguns e principais monumentos públicos. O Sr. João Mangueira Neto teve sua vez entre 1956 a 1959, projetou e realizou os serviços de saneamento (água e esgotos) da nossa cidade. Mas, em fins de 1959 foi reeleito o Sr. Unias Leite Ramalho, governando até 1963.

Nesse contexto, surge novamente uma braguista, o médico Dr. Walter Leite Braga, eleito em 15 de novembro de 1963. Em seu governo foram criados dois grandes bairros: o de São Geraldo e o de Nossa Senhora de Fátima, com terrenos doados pela prefeitura. Também foi inaugurada a instalação de energia elétrica de Paulo Afonso, o matadouro municipal, grupos escolares, instalação de telefones públicos, construção do mercado municipal, reforma da prefeitura e outras obras de vulto.

Chegando a 1959, governou o Sr. Luis Gomes de Sá até 1973. Em seguida, o Sr. Francisco de Oliveira Braga entre 1974 a 1977, político e administrador de enorme capacidade. Já em 1978 a 1982, foi prefeito o Sr. Venceslau Alves de Neto que teve uma das mais fecundas administrações, pois as obras realizadas em seu governo contaram com a valiosa contribuição dos Srs. Francisco de Oliveira Braga e do seu filho o Sr. Wilson Leite Braga deputado federal da Paraíba. Este grupo de arrojados e capazes assessores deu excepcional contribuição à administração em referência, tornando-a a mais profícua e dinâmica, principalmente, nos setores da saúde, educação e demais esferas de interesse público.

Diante disto, pela terceira vez, assume a prefeitura o Sr. Francisco de Oliveira Braga entre 1983 a 1988. Conclui a construção do Centro Administrativo de Conceição, instalou os sinais de televisão Globo e Bandeirantes. Após 1988, retorna também ao governo pela terceira vez, o Sr.

Venceslau Alves Neto em 1989 a 1992, realizando gloriosas obras para os conceiçoenses. Entre os anos de 1993 a 1996, assumiu a prefeitura o Sr. João Deon Benicio Diniz, o qual beneficiou a nossa cidade com a construção do Vale Forrozá. É o primeiro prefeito de Conceição a realizar festas de rua, ou seja, festas públicas.

Em meio a isto, um novo tempo emergiu, o qual trouxe consigo um novo prefeito, o jovem Dr. Rômulo Antônio Pires Leite, governando entre 1996 a 2000. Este jovem muito fez por Conceição, tanto foram suas obras para com a mesma que até título de “Cidade Modelo” ela recebeu. Foram realizadas grandes melhorias nos setores da saúde, educação, esportivo e, principalmente, cultural.

Porém, excelente mesmo foi o mandato do prefeito considerado mais jovem em todo o Brasil na época, Alexandre Braga Pegado. Assumiu entre os anos de 2001 a 2004, assim novamente erguendo a estrutura política braguista, a qual tanto fez e faz atualmente por Conceição. Este jovem, humilde, sonhador, amigo e querido por muitos conceiçoenses dedicou-se por inteiro a sua administração e procurou todos os métodos de melhorar ainda mais o município. Alexandre, sobrinho do então Deputado Federal Wilson Braga, recebeu de seu tio todo apoio e carinho para fazer de Conceição uma cidade de paz e do povo desta cidade pessoas felizes, o qual nos diz em entrevista ao jornal O Norte:

Com sua independência política, Conceição representa a maturidade de um povo acostumado a não temer obstáculos e que busca com os primeiros raios de luz do dia, oferecendo sua força de trabalho, o desenvolvimento dessa terra abençoada. (08/10/2001).

Podemos nessas palavras a doação que Alexandre Braga fez de sua vida por Conceição. Assim, novamente chega à eleição e como não podia ser diferente lá está ele mais uma vez brilhando, se destacando e conquistando ainda mais seus conterrâneos e amigos, fato este que levou a reeleição de Alexandre Braga Pegado, entre os anos de 2005 a 2008, o qual sempre pode contar com o apoio de seu tio Wilson Braga. Alexandre Braga, com esse apoio

íntegro de Wilson Braga realizou um ótimo governo, tamanha foi sua dedicação que ora víamos ele como prefeito benfeitor, ora como apenas jovem sonhador e amigo de todos e de todas às horas. Termina seu segundo mandato consecutivo com a certeza que fez Conceição progredir ainda mais e sua gente, pessoas alegres e agradecidas pelo seu jeito humilde de lhe dar com todos, seja branco ou negro, rico ou pobre, braguista ou opositorista.

Contudo, para substituir este fenômeno, este talentoso jovem político, candidata-se sua tia Vani Leite Braga, a qual nos declarou:

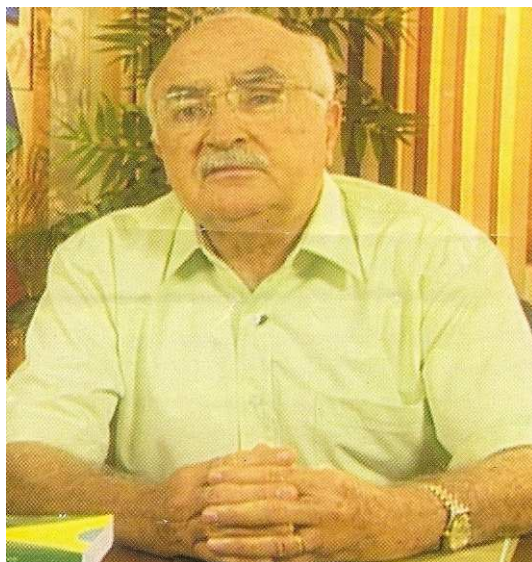
Coube aos nossos antepassados esta árdua e histórica conquista. Cabe no presente a cada filho desta amada terra dedicar todo o nosso amor, todo o nosso trabalho no sentido de cada vez mais enaltecer esta valiosa conquista, e, unidos no mais alto sentimento patriótico, buscarmos melhores dias para o nosso povo. (O NORTE, 08/10/2001).

Com sua ousadia, venceu as eleições de 2008, e é atual prefeita de Conceição com o mandato de 2009 – 2012. Ao citarmos que ela a mesma foi ousada, é porque percebemos nos comportamentos femininos sinais da freqüente prática e habilidade de reverter expectativas e, assim, desconstruir o discurso que por muito tempo foi naturalizado que a mulher não se interessava por política, deixando bem claro a opção pelo não silenciamento, porque é através da linguagem que conseguimos uma maior interação verbal entre homens e mulheres, seria dessa maneira, uma arena em que os confrontos se construíram em um espaço de debate entre os gêneros em forma de negociação para as mulheres conseguirem espaço na política e, assim, puderem participar e também representar o menos favorecido social e economicamente e se auto – representarem como mulheres que são.

Deste modo, Vani Leite Braga é a primeira mulher a assumir a prefeitura de Conceição, também conta com o apoio do seu irmão e Deputado Wilson Braga, da sua cunhada Lúcia Braga e do seu exemplar sobrinho Alexandre Braga Pegado, o que nos levou no próximo capítulo a entender a importância política da Família Braga e de Wilson Braga na cidade de Conceição – PB

durante todos esses anos, os quais lideram o poder na mesma já há mais de três décadas seguida.

3. NA GOVERNABILIDADE DO PODER: ASTÚCIAS DE WILSON BRAGA NA CENA POLÍTICA DE CONCEIÇÃO.



Fonte: Google – Foto do Deputado Estadual Wilson Braga.

Cada homem vivo é diferente de todos os homens vivos, mas que cada homem vivo é diferente de todos os homens do passado e de todos os homens do futuro. RENÉ RÉMOND.

No Brasil, a década de 60 é marcada pela proliferação de movimentos de cunho revolucionário das mais diferentes matizes: desde a revolução de ordem política à revolução de costumes. Os setores intelectualizados da sociedade brasileira, com destaque para os estudantes, se mobilizam pela busca da transformação da realidade social, orientados em seus projetos pela utopia revolucionária, num primeiro momento de inspiração pacífica. A organização de um amplo movimento cultural didático – conscientizador se alastrava por todo o país, numa série de grupos e pequenas instituições que surgiam vinculadas a governos estaduais e municipais, além daqueles estruturados pelo movimento estudantil. No Rio de Janeiro, o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado a UNE

(União Nacional dos Estudantes), desenvolve estratégias para a construção de uma cultura nacional, popular e democrática, que aos poucos se organiza por todo o país desenvolvendo atividades conscientizadoras das classes populares.

Dessa forma, toda essa movimentação da intelectualidade brasileira — sobretudo os segmentos mais jovens — no campo da cultura e da política era como um espelho refletindo os protestos comandados pela juventude do mundo inteiro. Entretanto, no Brasil esta agitação foi motivada por especificidades locais, como as lutas pelas reformas de base no pré-64 e contra a ditadura após essa data. Com o golpe civil-militar de 64, as idéias que inspiraram o movimento de reconstrução sócio-política do país, em conjunto com a transformação dos costumes, teriam que encontrar novas formas de existência (OLIVEIRA, 2006).

Com a instauração do regime militar em 1964 tem início um sistema político que tenta a todo o momento acabar com qualquer tipo de oposição ao governo. Diversos políticos têm seus mandatos cassados, pessoas que atuavam em organizações consideradas de esquerda ou trabalhadores envolvidos com sindicatos passam a ser procurados pela polícia. O ano de 1968 é considerado o ápice de toda a movimentação revolucionária deflagrada no início dos anos 60. Neste ano, desencadeou-se uma sucessão de acontecimentos que viriam promover a revisão de conceitos e preconceitos presentes na sociedade moderna, intervindo na política, nas artes, na moda, nos valores, nas relações de gênero e no comportamento (MOTTA, 1996).

Neste país, a mobilização da juventude encontrou uma conjuntura marcada pelo desenvolvimento das contradições geradas pela nova ordem política instaurada em 1964. As manifestações de protesto, por serem violentamente reprimidas pela força policial, provocaram reações da sociedade em geral. Na Passeata dos Cem Mil, realizada no Rio de Janeiro em junho de 68, as pessoas marchavam aos gritos de “Abaixo a ditadura” e “O povo unido jamais será vencido”. De braços dados com os estudantes, os organizadores caminhavam artistas, intelectuais, parlamentares, religiosos, mães de presos políticos.

Entretanto, com a decretação do AI-5 (Ato Institucional), o clima de festa revolucionária esmoreceu no final de 68, as detenções e a violência

institucionalizada, as demissões dos professores, o ingresso dos estudantes mais radicais nas organizações armadas e seu rápido desmantelamento pelo regime. Sendo assim, há um consenso entre os estudiosos do regime militar brasileiro, no estabelecimento do ano de 1968 (com a instauração do AI-5) como um momento de ruptura, classificado por alguns autores como um “golpe dentro do golpe”. Estabeleceu-se, a partir de então, o início do período mais duro do regime instaurado em 64, que prosseguiu até o início do processo de abertura em 1974 (SOIHET, 2007).

Nesse contexto, percebemos que a história é feita por homens e mulheres a cada instante, no cotidiano de suas vidas e no palco político por eles montado. Muitas destas vivências ou atuações políticas perdem-se para sempre, acumulando-se aos silêncios, historicamente constituídos porque a história tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos. Na tentativa de mudar a história, pluralizaram-se os objetos de investigação, admitindo como sujeitos históricos, os operários, os camponeses, os escravos e as mulheres que estavam subestimados ou colocados numa arena de menor importância. Neste desejo de inverter as perspectivas históricas tradicionais, passou-se a olhar os acontecimentos históricos pela visão de outros sujeitos (LOURO 1997).

Neste caso, Wilson Leite Braga é um homem que está inserido no âmbito da política deste o Regime Militar perpassando pela abertura política e fixando-se até os dias atuais como político filiado ao PMDB, atualmente é deputado federal pelo estado da Paraíba Filho do comerciante, tabelião e político Francisco de Oliveira Braga, que migrou do estado do Ceará para a cidade de Conceição, onde foi chefe político e prefeito da referida cidade Conceição por três vezes pelas agremiações partidárias (UDN, ARENA e PDS) e de Francisca Leite Braga, é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Paraíba. É casado com a ex-deputada Lúcia Braga com quem teve filhos, Marcelo, Patrícia e Marianna. É também irmão da ex-deputada estadual Vani Braga e do médico e ex-prefeito de Conceição, Walter Leite Braga.

Diante disto, Wilson Braga já atraiu muito mais políticos em torno de si. O tempo passa e com ele chega à peneira da vida separando definitivamente o joio do trigo, ou seja, os “amigos” da conveniência dos aliados de sempre.

Chegar hoje aos 79 anos e ainda se dispondo a se candidatar mais uma vez, agora para deputado estadual, é o maior dos atestados de que Wilson Braga é um animal político indormido feito cantiga de grilo sem parar um minuto sequer. É o estilo que ele construiu para si e levará para sempre enquanto vida tiver.

No começo de minha vida acadêmica, como estudante do Curso de História na UEPB sempre via Wilson Braga com olhar de pesquisadora porque ser da Arena, PDS e por aí, como ele foi, sempre significou convivência com o conservadorismo e a prática velha de se fazer política no país. Todavia, o tempo como senhor da razão, me fez ir devagar e sempre chegando mais próximo do então deputado, depois candidato a vários cargos convivendo com denúncias indigestas da oposição, mas que, no decorrer da história, nada chegou a lhe condenar pelos tribunais medonhos porque muito do que foi acusado significou pura perseguição de adversários.

Neste sentido, foram o “troco” do jogo duro que ele jogou lá atrás o obrigando a se reciclar muito dentro do possível, porque ninguém muda por inteiro uma vida de hábitos conservados. O jeito às vezes áspero dele falar não encobre a figura humana que sempre povoou o espírito e muitas das atitudes de Wilson Braga. Logo, de lá para cá o acompanhamento sem intimidades, mas consciente de que a Paraíba deve muito ao seu histórico de governante, não só pelo legado extraordinário produzido pelo Projeto Canaã (releve – se o papel de José Silvino), o Estatuto do Servidor Público, milhares de casas populares e de políticas que já amenizaram a agonia de muita gente desta Paraíba afora.

Desse modo, entre os políticos paraibanos considerados “campeões de voto” e que vão disputar a eleição deste ano, destaca-se o ex-governador Wilson Braga (PMDB) que luta por mais um mandato no pleito de outubro. Em 17 eleições que participou, incluindo o segundo turno para governador em 1990, Braga obteve 3.114.924 votos, conforme feito junto ao Tribunal Regional Eleitoral. A sua primeira eleição foi para deputado estadual em 1954, sendo vencedor com 2.916 sufrágios.

Neste contexto, a sua base eleitoral era, e ainda é, o município de Conceição, no Vale do Piancó. Quatro anos depois, ele teve uma votação menor – 2.898 – e não conseguiu a reeleição. Todavia, no meio da legislatura, foi efetivado na Assembléia Legislativa em virtude da morte do deputado

Américo Maia de Vasconcelos. Em 1962, Wilson se elegeu para deputado. Quatro anos depois, chegou a Câmara Federal, sendo reeleito em 1970, 1974 e 1978.

Já em 1982, chegou ao Palácio da Redenção com 509.855 votos no confronto com o saudoso Antonio Mariz. Em 1986, Braga obteve 388.878 sufrágios, mas perdeu a disputa para senador. Os eleitos foram o saudoso Humberto Lucena e Raimundo Lira. Wilson voltou à cena política em 1988, sendo eleito prefeito de João Pessoa com 77.377 votos. Sendo assim, o próximo passo foi tentar retornar ao Executivo estadual, enfrentando nas urnas Ronaldo Cunha Lima em 1990. Braga ganhou o primeiro turno com a seguinte votação: 498.763. No entanto, perdeu o segundo, apesar de ter aumentado o número de sufrágios: 571.802. Em 1994, Wilson foi eleito para a Câmara Federal, renovando o mandato 1998. Em 2002, se aliou ao grupo Cunha Lima para concorrer a senador. Mais de 571 mil paraibanos votaram em Braga, mas ele perdeu, porém sua esposa, Lúcia Braga, conseguiu a vitória. Foram eleitos José Maranhão e Efraim Morais para senadores. Em 2006, elegeu-se deputado federal e agora em 2010 venceu as eleições e garantiu uma cadeira na Câmara dos Deputados Estaduais da Paraíba.

Nesta perspectiva, Wilson Braga sempre representou para os conceiçoenses um homem forte, sonhador e lutador pelos seus ideais. Desde a sua adolescência esteve à frente do movimento estudantil, o qual sabemos que foi bastante perseguido pelo regime militar, buscando melhorias para a universidade e principalmente para a residência universitária. Sendo assim, sua primeira candidatura política foi a deputado estadual vencendo com uma votação surpreendente, em que a maioria destes votos partiu de estudantes universitários.

Deste modo, com o apoio dos estudantes e com sua vitória concretizada a deputado estadual, o mesmo não parou mais, ingressou na carreira política e se firmou no cenário político brasileiro como ilustre político, o qual exerceu vários cargos eletivos, tais como: deputado estadual; deputado federal; governador; prefeito da capital da Paraíba.

No Brasil, a década de 60 é marcada pela proliferação de movimentos de cunho revolucionário das mais diferentes matizes: desde a revolução de ordem

política à revolução de costumes. Os setores intelectualizados da sociedade brasileira, com destaque para os estudantes, se mobilizam pela busca da transformação da realidade social, orientados em seus projetos pela utopia revolucionária, num primeiro momento de inspiração pacífica. A organização de um amplo movimento cultural didático – conscientizador se alastrava por todo o país, numa série de grupos e pequenas instituições que surgiam vinculadas a governos estaduais e municipais, além daqueles estruturados pelo movimento estudantil. No Rio de Janeiro, o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado a UNE (União Nacional dos Estudantes), desenvolve estratégias para a construção de uma cultura nacional, popular e democrática, que aos poucos se organiza por todo o país desenvolvendo atividades conscientizadoras das classes populares.

Dessa forma, toda essa movimentação da intelectualidade brasileira — sobretudo os segmentos mais jovens — no campo da cultura e da política era como um espelho refletindo os protestos comandados pela juventude do mundo inteiro. Entretanto, no Brasil esta agitação foi motivada por especificidades locais, como as lutas pelas reformas de base no pré-64 e contra a ditadura após essa data. Com o golpe civil-militar de 64, as idéias que inspiraram o movimento de reconstrução sócio-política do país, em conjunto com a transformação dos costumes, teriam que encontrar novas formas de existência (OLIVEIRA, 2006).

Com a instauração do regime militar em 1964 tem início um sistema político que tenta a todo o momento acabar com qualquer tipo de oposição ao governo. Diversos políticos têm seus mandatos cassados, pessoas que atuavam em organizações consideradas de esquerda ou trabalhadores envolvidos com sindicatos passam a ser procurados pela polícia. O ano de 1968 é considerado o ápice de toda a movimentação revolucionária deflagrada no início dos anos 60. Neste ano, desencadeou-se uma sucessão de acontecimentos que viriam promover a revisão de conceitos e preconceitos presentes na sociedade moderna, intervindo na política, nas artes, na moda, nos valores, nas relações de gênero e no comportamento (MOTTA, 1996).

No Brasil, a mobilização da juventude encontrou uma conjuntura marcada pelo desenvolvimento das contradições geradas pela nova ordem política instaurada em 1964. As manifestações de protesto, por serem

violentamente reprimidas pela força policial, provocaram reações da sociedade em geral. Na Passeata dos Cem Mil, realizada no Rio de Janeiro em junho de 68, as pessoas marchavam aos gritos de “Abaixo a ditadura” e “O povo unido jamais será vencido”. De braços dados com os estudantes, os organizadores caminhavam artistas, intelectuais, parlamentares, religiosos, mães de presos políticos.

Entretanto, Wilson nunca se candidatou ao cargo de prefeito do município de Conceição, mas sempre manteve uma popularidade na mesma, fazendo com que o poder Braguista se mantivesse erguido tanto com o apoio à seus familiares para o cargo a exemplo da atual prefeita de Conceição Vani Leite Braga sua irmã, bem como, o ex-prefeito Alexandre Braga Pegado seu sobrinho, e seu pai Francisco de Oliveira Braga, quanto apoiando candidatos aliados de sua base política a exemplo de Dr. Rômulo Antônio Pires Leite, uma vez que:

A campanha é a parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo, ela modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças. (REMOND, 2003, p.49).

Deste modo, como deputado Wilson Braga passa muito de seu tempo lutando em Brasília por projetos que beneficie não só a nossa Paraíba, mas em especial a sua terra amada Conceição, como assim ele mesmo a trata, vejamos: *“Esta terra é para mim como a menina dos meus olhos, pois nela nasci e cresci, fazendo parte da sua história. Oh! Terra amada.”* (Folha dos Municípios, 08/10/2003).

Diante disto, inúmeros são os projetos pleiteados por Wilson para a cidade de Conceição, um grande exemplo é o açude do Condado (construção em 2003), que muito beneficia os conceiçoenses, fazendo com que os mesmos sintam-se seguros em uma época de seca. Essa construção se deu com a boa

administração do deputado Wilson e do prefeito Alexandre Braga, os souberam muito bem administrar os recursos adquiridos por Wilson.

Neste contexto, Wilson é visto por muitos em Conceição como um homem honesto devido a sua maneira de administrar os recursos públicos, bem como, como a pessoa que traz a chuva, isto se denomina pela coincidência ou não, em que todas as vezes que ele chega a Conceição a chuva cai, molhando a terra seca deste sertão. Desta forma, originou-se um mito. Mito este que ocorre também pelo fato de Wilson sempre chegar a Conceição sobrevoando com seu jatinho. Com isto, acredita-se que o mesmo é um anjo enviado para ajudar a todos os conceiçoenses. É por meio destes fatos e feitos que até hoje se mantêm esta figura ilustríssima, conhecido e representado por todos como Wilson o amigo de todas as horas e querido por muitos.

Desse modo, percebemos que as relações políticas, e a diferença explícita dentro delas e entre elas, têm alguma relação com as representações, auto – representações nas práticas cotidianas dos políticos na sociedade. Logo, a representação passa então a ser essencial para entendermos essa aproximação da história do privado com o público, visto que a representação é um *“instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstruir em memória e de o figurar como ele é”* (CHARTIER, 1990, p.20), ou seja, é preciso romper com o conceito, por muito tempo imposto, de sujeito universal e valorizar a micro história com o objetivo de inscrever as mudanças nos comportamentos dos sujeitos sociais, pois todas as representações, segundo CHARTIER (1990, p.23) são:

[...] configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diversos grupos, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significa simbolicamente um estatuto e uma posição [...].

Nesse sentido, a representação é compreendida como aquelas formas de inscrição, ou seja, de construção através das qual o outro é representado, uma vez que a concepção materialista de representação se focaliza no

discurso, na linguagem, no significante, para assim, *“identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”* (CHARTIER, 1990, p.16). Logo, a representação é considerada, aqui, como um processo central na formação e produção de identidade cultural e social, pois ela é vista como uma forma de conhecimento do outro, onde construímos a identidade deste outro e, no mesmo instante, a nossa própria identidade.

Para Chartier (1990), a representação do mundo está ligada à posição social dos indivíduos, sendo, portanto histórica, posto que construídas ao longo do tempo. Ademais, a representação funciona na prática como uma estratégia de classe, que media as relações entre ela e as demais classes sociais. O resultado é que temos, num mesmo período, uma verdadeira arena de representações sociais: cada classe elabora o real a seu modo.

A representação é inseparável da prática, pois a prática é uma ação no mundo que faz reconhecer o lugar social do indivíduo. Por exemplo, a prática de leitura oral e pública é uma prática relacionada com as representações sobre o mundo e que pertence a um determinado grupo social. No limite, pode-se dizer que a representação, ao articular-se às práticas, implica uma identidade social. E não existe representação dissociada da prática: é o mundo da representação que gera as práticas sociais, objetivando-se em instituições, que tendem a perpetuar a existência dos grupos sociais.

Nesta perspectiva, desde criança sempre ouvimos falar sobre Wilson Braga, e assim criamos um imaginário coletivo de um homem destemido, o maior benfeitor que Conceição já conheceu. Daí, a pessoa política de Wilson Braga nos impressionava e nos encantava na maneira que todos os mais velhos da cidade falavam dele, ou seja, a admiração e respeito que este povo leal tinha e ainda tem para com Wilson é transmitido na representação que os mesmos fazem de Braga, apreciemos o que RÉMOND (2003) nos ressalta:

Ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. p.07.

Desta forma, percebemos que a política que hoje se faz se trata de uma política que envolve a opinião direta da população, o que remonta a questão de que Wilson é bem visto pela maioria dos conceiçoenses, uma vez que os mesmo em eleições sempre lhe dar uma exuberante votação, visto que quando Wilson chega a Conceição é motivo para festa solta-se fogos e é recebido pelos conterrâneos que querem abraçá-lo conversar sobre os problemas e dificuldades da cidade e até mesmo agradecer o que Wilson tem feito ao município.

Na eleição de 2010, Wilson Braga teve, segundo ele, seu último pleito em cargos eletivos, na qual ganhou para deputado estadual. O mesmo se senti orgulhoso pela sua trajetória política, a qual não foi apenas de vitórias, mas que suas derrotas muito o ajudaram a progredir. Hoje, tem a sensação que sua missão como política foi cumprida, mas ainda não como cidadão conceiçoense, onde o mesmo continuará apoiando e ajudando a sua terra natal e a todos os conceiçoenses.

Contudo, Conceição não só é conhecida como a terra da cantora Elba Ramalho, mas também como a terra dos Bragas, na pessoa de Wilson Leite Braga, em que seu nome é pronunciado pelo seu povo com carinho independente de cor, posição social ou idade, pois como se diz nas ruas de Conceição *“Braga é querido, pois igual a Braga só Braga”*. Sendo assim, ficamos todos nós conceiçoenses imaginando no dia que esse ilustre homem terminar sua missão terrena, visto que a tristeza assolará este povo que por tanto tempo lutou junto a Wilson pelas melhorias para cidade e pelo reconhecimento de Conceição como cidade modelo. É por este e vários outros motivos aqui citado que resolvi homenageá-lo pelo o que o mesmo tem proporcionado a cidade de Conceição e a seus habitantes.

Diante disso acreditamos que Wilson Braga é respeitado e querido não só pelos conceiçoenses, mas também pelos paraibanos que por gratidão de seus trabalhos prestados a mesma vai às ruas gritarem seu nome como mostra a imagem a seguir:



Fonte: Google – Foto de Wilson Braga no ano de 1986.

Considerações Finais

A cidade de Conceição é marcada pela secularização da política da família Braga, como percebemos no decorrer deste trabalho.

No primeiro capítulo podemos observar a estrutura do poder na Paraíba, o qual também foi estabelecido no município de Conceição. Esta característica peculiar foi razão da temática supramencionada. Tal temática está centrada nas semelhanças da prática política com a concepção oligárquica de poder, conteúdo este retratado ao longo da problematização contida no capítulo I.

No segundo capítulo, foram destacados os fatores e as práticas oligárquicas no município de Conceição, onde o clientelismo, que é o atendimento de favores a população carente, através do prestígio político de uma família que se tornaram elementos primordiais para a manutenção e permanência dos Bragas no poder político municipal e estadual.

Por fim, no terceiro capítulo, foi mostrado a trajetória política do então Deputado Estadual Wilson Leite Braga e sua contribuição para a estruturação da cidade de Conceição, a qual hoje através de seu nome é nacionalmente conhecida.

Portanto, no decorrer deste trabalho, o qual procuramos analisar a participação política local de Wilson Leite Braga na cidade de Conceição, bem como no Estado da Paraíba, podemos perceber que este ícone é revelador de uma presença intensa na história política local, porém ocorre num contexto no qual os mecanismos de dominação sobre a massa eleitoral não são idênticos aos mecanismos da época do auge do sistema oligárquico-coronelista, mas Wilson Braga encontra formas de continuar no poder, desta vez sob o regime democrático, no qual a dominação do político sobre os eleitores não é mais tão veemente quanto no regime oligárquico.

Referências Bibliográficas

Livros

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

AGRA, Walber de Moura. **Republicanismo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. **Diálogo em torno da República**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BORDIEU, Pierre. Esquise d'une Theorie de la Pratique Apud PETERSEN, Áurea Tomatis. **Trabalhando no Banco: Trajetória de Mulheres Gaúchas desde 1920**. 1999. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. pp. 8-9.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 2004.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: Artes do Fazer**, Petrópolis, 10. ed., Vozes, 2004, v.1.

CHARTIER, R. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**, Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, Adalgisa Alencar. **Conceição do Piancó: de ontem e de hoje**. FEBEM Artes Gráficas. Paraíba, 1985.

COSTA, Iveraldo Lucena da. MELLO, José Octavio de Arruda. **A Paraíba no século XX: oligarquias, açudagem e resistências**. Fundação Ulysses Guimarães. João Pessoa, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes (apr) In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das Oligarquias**. Editora Universitária UFPB, João Pessoa, 1994.

LAFER, Celso. **Ensaio Liberais**. São Paulo: Siciliano, 1991

MELLO, José Octavio de Arruda. **História da Paraíba. Lutas e resistências.** 10ªed. 2002, Editora União.

_____. **O problema do Estado na Paraíba: da formação à crise (1930 – 1996).** Campina Grande: EDUEP, 2000.

MOTTA, R. P. S. **A história política e o conceito de cultura política.** In: REVISTA DE HISTÓRIA, Mariana, n.6, 1996.

NETO, José Raimundo de Souza. **Conceição: Sua História.** Prefeitura Municipal de Conceição, 2008.

OLIVEIRA, C. H. S.; PRADO, M. L. C. ; JANOTTI, M. L. M. (orgs.). **A História na política, a política na história.** São Paulo: Alameda, 2006.

PIMENTEL, Altamar de Alencar. **Wilson Braga: 50 Anos de vida pública.** Gráfica Mundial e Editora. João Pessoa, 2005.

RÉMOND, René. **Por uma história política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. **República: Evocação da Origem, Reconstrução do Princípio.** Estudos Históricos, 1989, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 225-31.

SILVA, Nelson Coelho da. **A Paraíba nos 500 Anos do Brasil.** Volume II. A União, 2000.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. **Estrutura de poder na Paraíba.** João Pessoa, editora universitária UFPB, 1999.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e cultura política: uma questão no Rio de Janeiro dos anos 1970 – 80.** In: ABREU, M.; SOIHET, R. e CONTIJO, R. (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Jornais

Jornal Folha dos Municípios. **Parabéns Conceição pelos seus 122 Anos de História.** Paraíba, outubro de 2003. Ano III, nº 11 especial.

Jornal O Norte, João Pessoa – PB, quarta-feira, 06 de junho de 2001.

_____, João Pessoa – PB, segunda-feira, 08 de outubro de 2001.

_____, João Pessoa – PB, quinta-feira, 14 de novembro de 2002.

_____, João Pessoa – PB, terça-feira, 19 de novembro de 2002.

_____, João Pessoa – PB, quinta-feira, 19 de dezembro de 2002.

_____, João Pessoa – PB, terça-feira, 04 de fevereiro de 2003.

_____, João Pessoa – PB, quinta-feira, 13 de fevereiro de 2003.

_____, João Pessoa – PB, sábado, 12 de abril de 2003.

_____, João Pessoa – PB, quinta-feira, 21 de agosto de 2003.

_____, João Pessoa – PB, quarta-feira, 10 de setembro de 2003.

Revistas

Revista de Divulgação do Município. Adm. : Governo do Povo. Produção: Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Conceição. Editora Real, Cajazeiras, Paraíba, 2008.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ano LXXXIX – João Pessoa, agosto de 1998, nº 30. Diretoria (1995 – 1998). Pres. Luis Hugo Guimarães.

Vale do Piancó em Revista. Ano I – editor: Flávio Mangueira – nº 01. junho de 2001.

Arquivos:

Documentação, da Câmara Municipal de Conceição – PB, 2008.

Documentação, da Prefeitura Municipal de Conceição – PB, 2009.

SITE:

www.obeabadosertao.com.br

ANEXOS